

EMENTA	
Área temática	III - Inteligência
Disciplina	1 - Inteligência de segurança pública
Módulo	c - Inteligência e a investigação policial
Código	III.1.c
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo a identificação das potencialidades, papéis, necessidades, obstáculos, limites e possíveis soluções de atuação da inteligência de Polícia Judiciária na investigação policial; a compreensão do papel da inteligência no âmbito da Polícia Judiciária e do emprego adequado de suas técnicas e ferramentas; e o desempenho eficiente da Polícia Civil no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) e na atividade finalística de investigação.</p>	
Carga horária recomendada: 20 horas	
<p>Descrição</p> <p>Segundo Cepik¹, a inteligência, em uma definição ampla, “é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões.”</p> <p>A Doutrina Nacional de Segurança Pública² traz o respectivo conceito específico de Inteligência:</p> <p style="padding-left: 40px;">“ramo da ISP, voltado para a produção de conhecimento de interesse da Segurança Pública, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório nas ações de prevenção e repressão a atos de qualquer natureza, que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio”.</p> <p>A investigação policial, por sua vez, tem por objetivo a elucidação de materialidade e autoria de delitos, formalizada, via de regra, no inquérito policial.</p> <p>Resguardadas as semelhanças, estas atividades não podem ser confundidas, cabendo ao profissional de segurança pública distingui-las no desempenho adequado de suas funções, sob pena de comprometimento da investigação e/ou de exposição da atividade de inteligência. Brandão e Cepik³ explicam o embate deste limiar:</p> <p style="padding-left: 40px;">"A atividade de inteligência da polícia judiciária excepcionalmente poderá produzir prova, sempre em consonância com princípio da segurança, sigilo, amplitude e oportunidade. Prezando por poupar a imagem, a identidade e os métodos do agente e da atividade. Este tópico é de grande importância para separar a ISP da investigação. Os limites doutrinários e legais devem ser respeitados sob pena de submeter os profissionais que militam na ISP, a corriqueiramente estarem sendo expostos aos depoimentos na fase processual, tendo sua imagem, seus métodos e equipamentos, identificados pela criminalidade organizada. A produção de conhecimento objetiva alcançar certezas e evidências. Não necessariamente este produto necessita ser materializado e adentrar o mundo jurídico. Apenas em alguns momentos, a depender da importância do caso e da sua complexidade, torna-se essencial a sua materialização, atividade de inteligência é eminentemente sigilosa, enquanto a investigação, em termos de</p>	

¹ CEPIK, Marco A C .Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.27.

² BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência Pública. 4ª ed. Brasília: 2015, p.43.

³ BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marco. Inteligência de Segurança Pública. Teoria e Prática no Controle da Criminalidade. Editora Impetus. 2013, p. 373.

procedimento, em regra, é pública”.

Desta feita, conclui-se que a compreensão das competências, aplicabilidade das ferramentas e documentos da atividade de inteligência no serviço investigativo é essencial como ação formativa no ambiente corporativo da Polícia Civil do Estado de Goiás para o eficiente cumprimento de seus objetivos.

Objetivo

Criar condições para que o policial civil possa:

- ampliar conhecimentos para entender as competências e técnicas de assessoramento da atividade de inteligência junto à Polícia Judiciária; compreender os limites doutrinários e legais da atividade de inteligência na repressão aos crimes;
- desenvolver e exercitar habilidades para aplicar adequadamente as ferramentas de inteligência na atividade de Polícia Judiciária; ampliar os mecanismos e ações especializadas para enfrentamento à criminalidade;
- fortalecer atitudes para reconhecer a importância da inteligência na investigação criminal; atentar-se para o correto posicionamento do profissional de segurança pública em face à atividade de inteligência; aumentar a eficiência da investigação policial.

Conteúdo Programático

1. Papel da inteligência na investigação criminal
2. Assessoria da inteligência à investigação policial
 - 2.1 Compartimentação
 - 2.2 Métodos de processamento de dados
 - 2.3 Sistemas de inteligência
 - 2.4. Análises de vínculos
 - 2.5 Operações de inteligência
3. Organização da informação
4. Limites na assessoria da inteligência às investigações policiais
 - 4.1 Aspectos jurídicos da utilização dos elementos de prova
 - 4.2 Utilização dos relatórios de inteligência na investigação
5. Inteligência policial e organizações criminosas
6. Monitoramento de grandes eventos

Bibliografia indicada

- BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marco. **Inteligência de Segurança Pública. Teoria e Prática no Controle da Criminalidade**. Editora Impetus. 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. 4ª ed. Brasília: 2015.
- CEPIK, Marco. A. C. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- COSTA, R. J. C.C. **Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado**. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto Superior em Ciências Policiais de Segurança Interna. Lisboa. 104. 2017
- HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. **Inteligência de segurança pública - Contribuições doutrinárias para o cotidiano policial**. Minas Gerais: D'Plácido, 2017.
- RÊGO, Cláudio Andrade. **Fundamentos das Atividades Sigilosas - Entendendo as "Intelligence Activities"**. 3ª edição atualizada. Belo Horizonte: CENTRO DE INSTRUÇÃO DE ATIVIDADES SIGILOSAS, 2013.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e

devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marco. **Inteligência de Segurança Pública. Teoria e Prática no Controle da Criminalidade**. Editora Impetus. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. 4ª ed. Brasília: 2015.

CEPIK, Marco. A. C. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública/ coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL)**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.